



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA  
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA  
SUL-RIO-GRANDENSE  
CÂMPUS PELOTAS – VISCONDE DA GRAÇA**

**CURSO TÉCNICO EM VESTUÁRIO**

**FORMA INTEGRADA**

**1999**

## SUMÁRIO

<b>1 – DENOMINAÇÃO</b> .....	<b>4</b>
<b>2 – VIGÊNCIA</b> .....	<b>4</b>
<b>3 – JUSTIFICATIVA E OBJETIVOS</b> .....	<b>4</b>
3.1 – APRESENTAÇÃO .....	4
3.2 – JUSTIFICATIVA .....	6
3.3 – OBJETIVOS .....	9
<b>4 – PÚBLICO ALVO E REQUISITOS DE ACESSO</b> .....	<b>10</b>
<b>5 – REGIME DE MATRÍCULA</b> .....	<b>10</b>
<b>6 – DURAÇÃO</b> .....	<b>10</b>
<b>7 – TÍTULO</b> .....	<b>11</b>
<b>8 – PERFIL PROFISSIONAL E CAMPO DE ATUAÇÃO</b> .....	<b>11</b>
8.1 PERFIL PROFISSIONAL .....	11
<b>8.1.1 Competências profissionais</b> .....	12
8.2 CAMPO DE ATUAÇÃO .....	13
<b>9 – ORGANIZAÇÃO CURRICULAR</b> .....	<b>13</b>
9.1 PRINCÍPIOS METODOLÓGICOS .....	13
9.2 - PRÁTICA PROFISSIONAL .....	15
<b>9.2.1 - Estágio Profissional Supervisionado</b> .....	16
<b>9.2.2 Estágio não obrigatório</b> .....	17
9.3 ATIVIDADES COMPLEMENTARES .....	17
9.4 TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO .....	17
9.5 MATRIZ CURRICULAR .....	17
9.6 MATRIZ DE DISCIPLINAS ELETIVAS .....	17
9.7 MATRIZ DE DISCIPLINAS OPTATIVAS .....	17
9.8 MATRIZ DE PRÉ-REQUISITOS .....	18
9.9 MATRIZ DE DISCIPLINAS EQUIVALENTES .....	18
9.10 MATRIZ DE COMPONENTES CURRICULARES A DISTÂNCIA .....	18
9.11 DISCIPLINAS, EMENTAS, CONTEÚDOS E BIBLIOGRAFIA .....	18
9.12 FLEXIBILIDADE CURRICULAR .....	18
9.13 POLÍTICA DE FORMAÇÃO INTEGRAL DO ALUNO .....	19
9.14 POLÍTICAS DE APOIO AO ESTUDANTE .....	20
9.15 FORMAS DE IMPLEMENTAÇÃO DAS POLÍTICAS DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO .....	20
9.16 - POLÍTICA DE INCLUSÃO E ACESSIBILIDADE DO ESTUDANTE .....	21
<b>10 – CRITÉRIOS PARA VALIDAÇÃO DE CONHECIMENTOS E EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS ANTERIORES</b> .....	<b>22</b>
<b>11– PRINCÍPIOS E PROCEDIMENTOS DE AVALIAÇÃO</b> .....	<b>24</b>
11.1 AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM DOS ESTUDANTES .....	24
11.2 PROCEDIMENTOS DE AVALIAÇÃO DO PROJETO PEDAGÓGICO DE CURSO .....	26
<b>12– FUNCIONAMENTO DAS INSTÂNCIAS DE DELIBERAÇÃO E DISCUSSÃO</b> .....	<b>27</b>
<b>13 – PESSOAL DOCENTE E TÉCNICO ADMINISTRATIVO</b> .....	<b>27</b>
13.1 - PESSOAL DOCENTE E SUPERVISÃO PEDAGÓGICA .....	28
13.2 - PESSOAL TÉCNICO-ADMINISTRATIVO .....	34
<b>14 – INFRAESTRUTURA</b> .....	<b>35</b>
14.1 –INSTALAÇÕES E EQUIPAMENTOS OFERECIDOS AOS PROFESSORES E ALUNOS .....	35
14.2 – INFRAESTRUTURA DE ACESSIBILIDADE .....	39
14.3 – INFRAESTRUTURA DE LABORATÓRIOS ESPECÍFICOS À ÁREA DO CURSO .....	39

<b>ANEXO I .....</b>	<b>41</b>
<b>REGULAMENTO DE ESTÁGIO SUPERVISIONADO .....</b>	<b>41</b>

## **1 – DENOMINAÇÃO**

Curso Técnico em Vestuário, do eixo tecnológico Produção Industrial.

## **2 – VIGÊNCIA**

O Curso Técnico em Vestuário, forma integrada, começou a vigor a partir do primeiro semestre de 1999.

Durante a sua vigência, este projeto será avaliado a cada dois anos pela instância colegiada, sob a mediação do Coordenador de Curso, com vistas à ratificação e/ou à remodelação deste.

Tendo em vista as demandas de aperfeiçoamento identificadas pela referida instância ao longo de sua primeira vigência, o projeto passou por reavaliação, culminando em alterações que passaram a vigor a partir do ano letivo 2017/ano civil 2018.

## **3 – JUSTIFICATIVA E OBJETIVOS**

### **3.1 – Apresentação**

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense (IFSul) é uma instituição pertencente à Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, criada pela Lei no 11.892, de 29 de dezembro de 2008.

Os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia atuam com foco na educação profissional e tecnológica, em todos os seus níveis e modalidades, formando e qualificando cidadãos com vistas à atuação profissional nos diversos setores da economia, com ênfase no desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional, promovendo a integração e a verticalização da educação básica à educação profissional e a educação superior com tecnólogos, bacharelados, licenciaturas e pós-graduação (*lato e stricto sensu*) otimizando a infraestrutura física, o quadro de pessoal e os recursos de gestão. Orientando sua oferta formativa em benefício da consolidação e do fortalecimento dos arranjos produtivos, sociais e culturais locais, identificados com base no mapeamento das potencialidades de desenvolvimento socioeconômico e cultural no âmbito de atuação do Instituto Federal.

O IFSul é formado pelos câmpus Pelotas, Pelotas-Visconde da Graça, Sapucaia do Sul, Charqueadas, Passo Fundo, Bagé, Camaquã, Venâncio Aires, Santana do Livramento,

Sapiranga, Lajeado, Gravataí e mais os câmpus avançados de Jaguarão e Novo Hamburgo. A reitoria está localizada na cidade de Pelotas/RS.

O câmpus Pelotas-Visconde da Graça (CaVG) é vinculado ao IFSul, instituição de educação profissional técnica de nível médio e superior de graduação e pós-graduação, tendo como origem o Conjunto Agrotécnico Visconde da Graça. O CaVG passou a constituir o IFSul a partir da emissão da Portaria 715/2010 do Ministro de Estado da Educação, que consolidou a decisão tomada pela Comunidade em referendo realizado no então Conjunto Agrotécnico Visconde da Graça, ligado à Universidade Federal de Pelotas (UFPel).

Com área de 201 ha, entre unidades de produção e de ensino, bosques e rica vegetação - o CaVG dispõe de bem desenvolvida infraestrutura administrativa, pedagógica e de produção. Oferece o sistema de internato masculino e feminino, atendendo a alunos e alunas de 16 municípios da zona sul do estado.

O CaVG tem por objetivo ofertar à comunidade uma educação de qualidade, voltada às atuais necessidades científicas e tecnológicas, baseada nos avanços tecnológicos e no equilíbrio do meio ambiente.

Por meio de um Projeto Político Pedagógico, fundamentado nos princípios da educação pública e gratuita, congrega ensino, pesquisa e extensão e prática produtiva, dentro de um modelo dinâmico de geração, transferência e aplicação de conhecimentos, possibilitando a formação integral mediante conhecimento humanístico, científico e tecnológico que ampliem as possibilidades de inclusão e desenvolvimento social.

Considerando esse cenário, o Curso Técnico em Vestuário, na forma integrada, situado no Eixo Tecnológico Produção Industrial, tem por finalidade a formação de um profissional proativo, capaz de atuar na área de indústria e produção do vestuário, potencializando uma integração de conhecimentos humanísticos e tecnológicos, bem como formar profissionais técnicos, competentes e com responsabilidade socioambiental. Visa capacitar profissionais capazes de exercer atividades de forma responsável, ativa, crítica, ética e criativa, sendo ainda capazes de continuar a aprender e adaptar-se às rápidas mudanças sociais e tecnológicas, observando o compromisso com uma educação que prime pela construção de uma sociedade mais justa e democrática, inclusiva e equilibrada social e ambientalmente.

A educação profissional técnica de nível médio integrada é uma das possibilidades de articulação dos saberes, que objetiva romper com a dicotomia entre formação geral e formação técnica, possibilitando o resgate do princípio da formação humana em sua totalidade, superando a visão dicotômica entre o pensar e o fazer e o dualismo entre cultura geral e cultura técnica, historicamente vivenciada na educação brasileira.

O currículo do curso é concebido como importante elemento da organização acadêmica, que orienta o processo de ensino e aprendizagem como um espaço de formação plural, dinâmico e multicultural, fundamentado nos referenciais socioantropológicos, psicológicos, epistemológicos e pedagógicos em consonância com o perfil dos sujeitos acadêmicos. Está organizado em três anos, na forma integrada, e contempla as disciplinas necessárias à formação do futuro profissional, por meio de estudos que visem à articulação da teoria e prática, investigação e reflexão crítica.

Os objetivos que constam neste Projeto Pedagógico demonstram o compromisso com uma formação técnica, humanística e integral, capacitando profissionais para o trabalho, permitindo que a formação profissionalizante se constitua, também, em uma possibilidade para a construção dos projetos de vida dos educandos, possibilitando atuar de forma comprometida com o desenvolvimento regional e sustentável. Nesse sentido, deverá ser um profissional ativo, consciente e responsável primando pela ética e democracia, portanto uma formação integral mediante o conhecimento humanístico, científico e tecnológico.

Frente ao exposto, o Curso Técnico em Vestuário propõe-se a desenvolver um conjunto de atividades de ensino e aprendizagem articuladas e pertinentes à formação de um profissional qualificado para atuar em empresas do ramo do vestuário. Neste sentido, pretende-se promover a articulação entre campus e setor produtivo de confecções na região, diversificando as práticas pedagógicas e, ao mesmo tempo, disseminando conhecimentos de produção qualificada.

Os procedimentos didático-pedagógicos e administrativos que consubstanciam este projeto de Curso são regidos pela Organização Didática do IFSul.

### **3.2 – Justificativa**

O universo da moda é um campo em crescente exploração e a indústria da confecção nacional gera grande movimento financeiro, evidenciando um mercado de contínua ascensão.

Resgatando a história da indústria têxtil, verifica-se que, no Brasil, as primeiras fábricas têxteis surgiram na metade do século XIX, porém no Rio Grande do Sul, ocorreu em 1873, com a fundação da Fábrica de Tecidos Rheingantz, na cidade do Rio Grande. Em 1891, surge a Cia. de Fiação e Tecidos Porto-Alegrense e, também, a Cia. Fabril Porto Alegrense, que se dedicaram, principalmente à fabricação de meias e camisetas. No sul do estado, a indústria têxtil contava com a Fábrica de Tecidos Rheingantz, no Rio Grande e, em 1908, em Pelotas, foi fundada a Cia. de Fiação e Tecidos Pelotense S/A, composta pela

fiação, tecelagem e pintura dos fios, consolidando, assim, importante polo no ramo têxtil (LASCHUK; RÜTHSCHILLING, 2014, p.3-4).

Segundo o periódico Informe Macroeconomia (2014), “a estrutura da cadeia produtiva e de distribuição têxtil e de confecção engloba desde a produção das fibras têxteis até o produto acabado e confeccionado, incluindo a distribuição e a comercialização”.

De acordo com o SEBRAE, a cadeia produtiva têxtil e de confecções está organizada em três blocos. A cadeia principal representa o processo de produção de tecidos, fios e malhas (com algodão ou fibras sintéticas), acrescentados pela estamparia e os aviamentos (linhas, botões, rendas e anilinas), e, por fim, a lavagem e a embalagem. O segundo bloco é formado pela comercialização e distribuição, tanto no atacado quanto no varejo, são partes complementares fundamentais para a eficiência da cadeia produtiva. O terceiro bloco da cadeia caracteriza-se pela produção de insumos, matérias-primas (a agricultura pelo fornecimento de algodão e lã), pela indústria petroquímica (oferta de fios sintéticos), pela indústria de aviamentos e pela indústria de máquinas e equipamentos.

O setor apresenta avanços tecnológicos decorrentes da evolução ocorrida na produção das matérias-primas, e no desenvolvimento de novas fibras sintéticas, seguido da inovação das máquinas e equipamentos utilizados em todo o processo, o que caracteriza o setor têxtil como incorporador de tecnologia desenvolvida em outros setores (Informe Macroeconomia, 2014).

Atualmente, segundo dados da Associação Brasileira da Indústria Têxtil e Confecção (ABIT), o país está entre os maiores parques fabris do mundo, sendo o quarto maior parque produtivo de confecção do mundo e o quinto maior produtor têxtil do mundo. O Brasil possui uma das últimas cadeias têxteis completas do Ocidente, ou seja, desde a produção das fibras, como plantação de algodão, até desfiles de moda, passando por fiações, tecelagens, beneficiadoras, confecções e forte varejo (ABIT, 2016).

De acordo com a Associação Brasileira da Indústria Têxtil e de Confecção (ABIT), disponibilizados no periódico Informe Macroeconomia (2014), a região Sul possui o segundo maior parque têxtil, detendo 30,4% dos estabelecimentos e 28,3% da mão de obra formal.

O Rio Grande do Sul conta com várias instituições que oferecem cursos superiores (bacharelado e tecnólogo) e cursos técnicos de moda e vestuário, sendo, sua maioria, na região metropolitana da capital. A região sul oferece em duas instituições de ensino o Curso Superior em Tecnologia em Design de Moda, sendo uma privada e a outra, o IFSUL-campus Pelotas - Visconde da Graça (CaVG).

Cabe ressaltar que, no Rio Grande do Sul, encontram-se apenas três instituições de ensino que ofertam o Curso Técnico em Vestuário, dentre essas, uma é privada e as

outras públicas, oferecidas pelo IFRS - campus Erechim e IFSUL- campus Pelotas - Visconde da Graça (CaVG).

A região de Pelotas se constitui num polo produtivo, onde predominam a micro e a pequena empresa que possuem estruturas frágeis, o que indica a necessidade de profissionais qualificados que contemplem o setor têxtil.

Nessa perspectiva, faz-se necessária a oferta de cursos de formação que contemplem os anseios locais e regionais, capacitando profissionais na aquisição de conhecimentos investigativos, técnicos e práticos, no desenvolvimento de habilidades e competências específicas para compreender e interferir nos processos de transformação de matérias-primas em produtos industrializados. Desta forma, a proposta do Curso Técnico em Vestuário honra com o seu compromisso de identificar as necessidades da sociedade e do setor produtivo e de propor soluções.

Considerando também as metas do Plano Nacional de Educação que prevê a garantia de acesso à educação, torna-se importante um curso com essas características que, além de contemplar o perfil de acordo com os valores e missão da Instituição, proporciona à sociedade um profissional capacitado para atuar conforme necessidades do mundo do trabalho em consonância com um perfil humanístico.

O Plano Nacional de Educação (PNE) tem como compromisso a

eliminação de desigualdades que são históricas no País. Portanto, as metas são orientadas para enfrentar as barreiras para o acesso e a permanência; as desigualdades educacionais em cada território com foco nas especificidades de sua população; a formação para o trabalho, identificando as potencialidades das dinâmicas locais; e o exercício da cidadania. A elaboração de um plano de educação não pode prescindir de incorporar os princípios do respeito aos direitos humanos, à sustentabilidade socioambiental, à valorização da diversidade e da inclusão e à valorização dos profissionais que atuam na educação de milhares de pessoas todos os dias (PNE 2014-2024).

O PNE é composto de vinte metas, sendo que as metas 10 e 11 versam sobre a educação profissional. A meta 10 refere-se ao oferecimento de, no mínimo, 25% de matrículas de educação de jovens e adultos nos ensinos fundamental e médio, na forma integrada à educação profissional. Considerando-se a importância desta meta na perspectiva de superação de um problema crucial e histórico na educação brasileira, na qual um número grande de pessoas não teve acesso na idade certa.

A meta 11 prevê triplicar as matrículas da educação profissional técnica de nível médio, assegurando a qualidade da oferta e, pelo menos, 50% da expansão no segmento público, o que reitera a necessidade da criação de cursos que possam atender a esta demanda, principalmente em se tratando de formação de um perfil de profissional cada vez mais necessário à sociedade.



Neste sentido, justifica-se a importância da oferta do Curso Técnico em Vestuário na zona sul do Rio Grande do Sul.

### **3.3 – Objetivos**

#### **Objetivo Geral:**

O Curso Técnico em Vestuário tem por objetivo geral formar profissionais para atuar em diversos setores da indústria do vestuário em consonância com as tendências tecnológicas do setor e as necessidades do contexto social, bem como compromissados com o desenvolvimento regional sustentável exercendo atividades de forma ativa, crítica e criativa baseadas na ética, democracia e responsabilidade socioambiental.

#### **Objetivos Específicos:**

- Contribuir para a formação ética e crítica frente às inovações tecnológicas, avaliando seu impacto socioambiental para a sociedade.
- Possibilitar reflexões sobre os fundamentos científico-tecnológicos da formação técnica, relacionando teoria e prática nas diversas áreas do saber;
- Viabilizar o desenvolvimento de competências específicas para a formação do perfil do Técnico em Vestuário;
- Desenvolver a capacidade de continuar aprendendo e de acompanhar as mudanças no mundo do trabalho, suas tecnologias e seus impactos no ambiente;
- Proporcionar o conhecimento acerca das normas técnicas, de acordo com as especificidades da formação;
- Desenvolver a capacidade de operar equipamentos, obedecendo as normas de segurança;
- Refletir sobre o processo de produção, atentando para os padrões de qualidade;
- Oferecer conhecimentos teóricos e práticos acerca da sequência de montagem, formas de execução e características de matéria-prima;
- Promover processos educativos tendo o trabalho como princípio para construir aprendizagens que aliem saber e fazer de forma crítica e contextualizada;
- Realizar e estimular a pesquisa aplicada, a produção cultural, o empreendedorismo, o cooperativismo e o desenvolvimento científico, tecnológico e socioambiental, considerando os princípios de Gestão Ambiental e o compromisso com a sociedade;

- Estimular a investigação, a criatividade, a participação e o diálogo, no respeito à pluralidade de visões e na busca de soluções coletivas.
- Possibilitar a formação integral mediante o conhecimento humanístico, científico e tecnológico;
- Possibilitar atualização curricular permanente através de atividades acadêmicas, tais como: projetos multidisciplinares, visitas técnicas, trabalhos em equipe, desenvolvimento de produtos e materiais têxteis, monitorias, participação em outras atividades empreendedoras;
- Articular a Educação Básica com a Educação Profissional e Tecnológica, tendo a pesquisa como princípio pedagógico;
- Promover práticas de ensino buscando a Indissociabilidade entre a teoria e prática a fim de contribuir no processo de aprendizagem;
- Reconhecer e valorizar os sujeitos e suas diversidades, identidades de gênero e étnico-raciais, assim como dos povos indígenas, quilombolas e populações do campo.

#### **4 – PÚBLICO ALVO E REQUISITOS DE ACESSO**

Para ingressar no Curso Técnico em Vestuário, os candidatos deverão ter concluído o ensino fundamental ou equivalente.

O processo seletivo para ingresso no Curso será regulamentado em edital específico.

#### **5 – REGIME DE MATRÍCULA**

Regime do Curso	Anual
Regime de Matrícula	Série
Regime de Ingresso	Anual
Turno de Oferta	Manhã e Tarde
Número de vagas	30

#### **6 – DURAÇÃO**

Duração do Curso	3 anos
Prazo máximo de integralização	6 anos
Carga horária em disciplinas obrigatórias	3270h
Carga horária em disciplinas eletivas	0h
Estágio Profissional Supervisionado	120h

Atividades Complementares	0h
Trabalho de Conclusão de Curso	0h
<b>Carga horária total mínima do Curso</b>	<b>3270h</b>
<b>Carga horária total do Curso</b>	<b>3390h</b>
Optativas	60h

## 7 – TÍTULO

Após a integralização da carga horária total do Curso, incluindo estágio o aluno receberá o diploma de **Técnico em Vestuário**.

## 8 – PERFIL PROFISSIONAL E CAMPO DE ATUAÇÃO

### 8.1 Perfil profissional

O perfil profissional do egresso do Curso supervisiona o processo de confecção do produto conforme padrões de qualidade. Coordena a produção. Analisa e define a melhor sequência de montagem do produto, de acordo com a forma de execução e as características da matéria-prima. Propõe e analisa métodos de trabalho dos processos fabris. Determina o tempo-padrão das operações e dimensiona recursos necessários ao atendimento das demandas de clientes. Supervisiona a utilização de máquinas de costura industrial e equipamentos. Faz o planejamento e a programação da produção. Monitora o desempenho da produção. Supervisiona a execução de plano de manutenção.

Na atuação deste profissional, destacam-se as seguintes atividades:

Criação e montagem de produtos relativos à indústria de confecção do vestuário, avaliando as características da matéria-prima e as diversas formas de execução, conforme as especificações da ficha técnica;

Elaboração de ficha técnica de produto, ferramentas e acessórios;

Interpretação da peça piloto;

Manejo e manutenção de máquinas de costura industrial e equipamentos utilizados na indústria de confecção do vestuário;

Avaliação da viabilidade de produção do produto;

Interpretação das necessidades dos clientes.

Aplicação de normas técnicas de qualidade, saúde, segurança no trabalho e higiene ocupacional e técnicas de controle de qualidade e ambiental no processo industrial;

Aplicação de normas de sustentabilidade ambiental, respeitando o meio ambiente e entendendo a sociedade como uma construção humana dotada de tempo, espaço e história;

### 8.1.1 Competências profissionais

A proposta pedagógica do Curso estrutura-se para que o aluno venha a consolidar, ao longo de sua formação, as capacidades de:

- Coordenar e desenvolver equipes de trabalho que atuam na instalação, na produção e na manutenção, aplicando métodos e técnicas de gestão administrativa e de pessoas;
- Aplicar normas técnicas de saúde e segurança no trabalho e de controle de qualidade no processo industrial;
- Elaborar projetos, *lay-out*, diagramas e esquemas, correlacionando-os com as normas técnicas e com os princípios científicos, tecnológicos e socioambientais;
- Avaliar as características e propriedades dos materiais, insumos e elementos de máquinas para aplicação nos processos de controle de qualidade.
- Correlacionar forma e cor com os aspectos gerais da composição visual;
- Identificar e analisar aspectos estéticos, técnicos, econômicos, mercadológicos, psicológicos, históricos, socioculturais e socioambientais no desenvolvimento da atividade profissional;
- Identificar as características e necessidades do cliente;
- Elaborar planilha de custos de fabricação e de manutenção de máquinas e equipamentos, considerando a relação custo benefício;
- Projetar produto, utilizando técnicas de desenho e de representação gráfica com seus fundamentos matemáticos e geométricos;
- Desenvolver e interpretar a modelagem de produtos do vestuário, considerando sua vestibilidade;
- Definir a sequência de montagem do produto, considerando as diversas formas de execução e as características da matéria-prima especificada;
- Testar componentes e materiais;
- Avaliar a viabilidade de produção do produto de vestuário;
- Operar máquinas de costura industrial e equipamentos utilizados na indústria de confecção do vestuário;
- Coordenar o desenvolvimento de peça piloto e sua testagem;
- Definir sequência operacional de produtos do vestuário;
- Definir fluxo de produção por etapas de fabricação;
- Descrever o processo produtivo;
- Determinar tempos-padrão de produção;

- Avaliar a qualidade dos produtos e processos e implementar ações corretivas nos processos de produção;
- Conhecer processos de produção têxtil;
- Empregar vocabulário técnico específico na comunicação com os diferentes profissionais da área e com os clientes;
- Compreender a sociedade, sua gênese e transformação e os múltiplos fatores que nela intervêm como produtos da ação humana e do seu papel como agente social;
- Refletir sobre os fundamentos científico-tecnológicos dos processos produtivos, relacionando teoria e prática nas diversas áreas do saber;
- Ter atitude ética no trabalho e no convívio social, compreender os processos de socialização humana em âmbito coletivo e perceber-se como agente social que intervém na realidade;
- Ter iniciativa, criatividade, autonomia, responsabilidade, saber trabalhar em equipe, exercer liderança e ter capacidade empreendedora;
- Posicionar-se crítica e eticamente frente às inovações tecnológicas, avaliando seu impacto no desenvolvimento e na construção da sociedade.

## **8.2 Campo de atuação**

O egresso do Curso Técnico em Vestuário estará apto a atuar na indústria de confecção do vestuário, empresa de desenvolvimento de produtos, ateliê de costura e também como empreendedor.

## **9 – ORGANIZAÇÃO CURRICULAR**

### **9.1 Princípios metodológicos**

Em conformidade com os parâmetros pedagógicos e legais para a oferta da Educação Profissional Técnica de Nível Médio, o processo de ensino-aprendizagem privilegiado pelo Curso Técnico em Vestuário contempla estratégias problematizadoras, tratando os conceitos da área técnica específica e demais saberes atrelados à formação geral do estudante, de forma contextualizada e interdisciplinar, vinculando-os permanentemente às suas dimensões do trabalho em seus cenários profissionais.

As metodologias adotadas conjugam-se, portanto, à formação de habilidades e competências, atendendo à vocação do Instituto Federal Sul-rio-grandense, no que tange ao

seu compromisso com a formação de sujeitos aptos a exercerem sua cidadania, bem como à identidade desejável aos Cursos Técnicos, profundamente comprometidos com a inclusão social, através da inserção qualificada dos egressos no mercado de trabalho.

Para tanto, ganham destaque estratégias educacionais que privilegiem:

- integração entre as disciplinas técnicas e da formação geral de modo que seus conteúdos se complementem na formação do educando;
- noções das tecnologias de informação e comunicação de maneira que os estudantes percebam sua importância e uso frente às demandas que a profissão exigirá na atualidade;
- aulas práticas que subsidiem o estudo teórico e a compreensão da aplicação das teorias na execução das atividades técnicas de acordo com a formação prevista para o Técnico em Vestuário;
- reflexões acerca da profissão de Técnico em Vestuário a partir do incentivo na participação e/ou organização de eventos relacionados, privilegiando a formação para além dos conteúdos formais, prevendo a flexibilização curricular.

O percurso curricular do Curso busca viabilizar a articulação teoria-prática, mediante o desenvolvimento de práticas nos mais diversos componentes da formação profissional. Nesse sentido, a prática se configura como uma metodologia de ensino que contextualiza e põe em ação o aprendido, sendo desenvolvida ao longo do curso.

A relação entre teoria e prática requer a concretização dos conteúdos curriculares em situações mais próximas e familiares do estudante, nas quais se incluem as do trabalho e do exercício da cidadania. Desse modo, a relação entre teoria e prática se impõe não apenas como princípio metodológico inerente ao ato de planejar as ações, mas, fundamentalmente, como princípio epistemológico, ou seja, princípio orientador do modo que se compreende a ação humana de conhecer uma determinada realidade e intervir sobre ela no sentido de transformá-la.

Em conformidade com o art.35, inciso IV da LDB 9394/96, o curso Técnico em Vestuário visa a articulação da teoria e prática no ensino de cada disciplina. Conforme apontam as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica, objetiva-se “a formação de trabalhadores capazes de atuar democraticamente como cidadãos, na posição de dirigentes ou de subordinados”<sup>1</sup>. Sendo assim, o curso incorpora em sua orientação metodológica a dimensão intelectual do trabalho produtivo e vice-versa.

Partindo do entendimento de que a educação integral não prevê ruptura entre formação geral e formação técnica, a carga horária total do curso, em conformidade com a Resolução 6/2012, proporciona a integração de disciplinas de ambas as formações de

---

<sup>1</sup> <http://portal.mec.gov.br/docman/julho-2013-pdf/13677-diretrizes-educacao-basica-2013-pdf/file>

maneira tal que uma se conjugue à outra não permitindo que seus conteúdos sejam expostos em posições opostas e sim, de maneira integrada conforme prevê o avanço das discussões pedagógicas. Ao encontro destas discussões e da legislação vigente, disciplinas como .Desenho Técnico, Matemática e Modelagem I e Modelagem II; .Química, Física e Conservação dos Artigos do Vestuário; Arte e Desenho Técnico do Vestuário e Arte e Moda; .História, Geografia, Sociologia, Filosofia e História do Vestuário e Fundamentos da Indústria do Vestuário, Tecnologia Têxtil I e II) não poderiam ser computadas com sua carga horária na formação geral simplesmente sem a observação que, em seus conteúdos, saberes inerentes à formação técnica se fazem presente. No mesmo sentido, disciplinas como Filosofia, sociologia, história e geografia, por suas características fundamentais para a compreensão do mundo e da sociedade, permitem aos estudantes uma leitura de mundo que muito auxilia na formação de uma postura ética e de responsabilidade social, conforme a missão do Instituto Federal.

O Curso apresenta uma Matriz Curricular por componente curricular. Os componentes curriculares contemplam conhecimentos de bases científicas, humanas e tecnológicas que permitem maior compreensão das relações existentes no mundo do trabalho, dos conhecimentos científicos e da formação específica.

O curso apresenta carga horária de 3300 horas, distribuídas em 3 (três) anos e em 40 semanas anuais, e 120 horas de Estágio Curricular, vivenciada desde o início do curso, totalizando 3420 horas.

## 9.2 - Prática Profissional

Com a finalidade de garantir o princípio da indissociabilidade entre teoria e prática no processo de ensino e aprendizagem, o Curso privilegia metodologias problematizadoras, que tomam como objetos de estudo os fatos e fenômenos do contexto educacional da área de atuação técnica, procurando situá-los, ainda, nos espaços profissionais específicos em que os alunos atuam.

Nesse sentido, a prática profissional figura tanto como propósito formativo, quanto como princípio metodológico, reforçando, ao longo das vivências curriculares, a articulação entre os fundamentos teórico-conceituais e as vivências profissionais.

Esta concepção curricular é objetivada na opção por metodologias que colocam os variados saberes específicos a serviços da reflexão e ressignificação das rotinas e contextos profissionais, atribuindo ao **trabalho** o *status* de principal **princípio educativo**, figurando, portanto, como eixo articulador de todas as experiências formativas.

Ao privilegiar o trabalho como princípio educativo, a proposta formativa do Curso Técnico em Vestuário assume o compromisso com a dimensão da prática profissional intrínseca às abordagens conceituais, atribuindo-lhe o caráter de transversalidade. Assim sendo, articula-se de forma indissociável à teoria, integrando as cargas horárias mínimas da habilitação profissional, conforme definem as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio.

Em consonância com esses princípios, a prática profissional no Curso Técnico em Vestuário traduz-se curricularmente por meio de reflexões acerca da teoria de cada disciplina com a prática a ser desenvolvida, utilizando para isso, seminários, aulas práticas, visitas técnicas que visam a articulação teoria-prática; elaboração de projetos que venham ao encontro das competências profissionais da formação.

### **9.2.1 - Estágio Profissional Supervisionado**

Conforme a descrição da Organização Didática e do Regulamento de Estágio do IF Sul, o estágio caracteriza-se como atividade integradora do processo de ensino e aprendizagem, constituindo-se como interface entre a vida escolar e a vida profissional dos estudantes.

Nessa perspectiva, transcende o nível do treinamento profissional, constituindo-se como ato acadêmico intencionalmente planejado, tendo como foco a reflexão propositiva e reconstrutiva dos variados saberes profissionais.

A matriz curricular do Curso Técnico em Vestuário contempla o estágio obrigatório (Estágio Profissional Supervisionado) acrescido à carga horária mínima estabelecida para o Curso, tendo em vista a proposta de formação e a natureza das áreas de atuação profissional do egresso, cujas atividades demandam o desenvolvimento de:

- práticas de manejo de máquina industriais, equipamentos e ferramentas complementares a etapa;
- traçado e interpretação de modelagem;
- interpretação da ficha técnica, montagem e confecção de produtos;
- técnicas de conservação dos artigos têxteis;
- aprimoramento das experiências curriculares com base em vivências profissionais e relações socioculturais;
- aquisição de novos saberes e novas habilidades fundamentais na formação do futuro profissional;
- reflexão da teoria na prática, colocando suas aprendizagens a serviço da sociedade com comprometimento ético e responsabilidade social;



- articulação de aprendizagens com a prática profissional.

O Estágio Profissional Supervisionado terá duração mínima de 120 horas, podendo ser realizado a partir da conclusão do primeiro período letivo, desde que a disciplina em que se pretende estagiar tenha sido cursada. Para que a carga horária possa ser validada, período mínimo de permanência deverá ser de 30 (trinta) dias em cada concedente.

Após o término do estágio o aluno deverá apresentar um relatório, dentro das normas de metodologia científica, contendo os resultados, as vivências no campo de estágio e sugestões que subsidiem a constante avaliação do Curso em sua inserção no mundo do trabalho, além de uma exposição oral frente a uma banca examinadora, composta pelo coordenador do Setor de Estágios da Instituição, professor orientador e um membro convidado que possua relação com a área desenvolvida no estágio.

A modalidade operacional do Estágio Profissional Supervisionado no Curso de Vestuário encontra-se descrita no Regulamento de Estágio do Curso Técnico em Vestuário (Anexo 1).

### **9.2.2 Estágio não obrigatório**

Não se aplica

### **9.3 Atividades Complementares**

Não se aplica

### **9.4 Trabalho de Conclusão de Curso**

Não se aplica

### **9.5 Matriz Curricular**

Vide anexo.

### **9.6 Matriz de Disciplinas Eletivas**

Não se aplica

### **9.7 Matriz de Disciplinas Optativas**

Vide anexo.

## **9.8 Matriz de Pré-requisitos**

Não se aplica

## **9.9 Matriz de Disciplinas Equivalentes**

Vide anexo.

## **9.10 Matriz de componentes curriculares a distância**

Não se aplica.

## **9.11 Disciplinas, Ementas, Conteúdos e Bibliografia**

Vide anexo.

## **9.12 Flexibilidade Curricular**

O Curso Técnico em Vestuário implementa o princípio da flexibilização preconizado na legislação regulatória da Educação Profissional Técnica de Nível Médio, concebendo o currículo como uma trama de experiências formativas intra e extra-institucionais que compõem itinerários diversificados e particularizados de formação.

Nesta perspectiva, são previstas experiências de aprendizagem que transcendem os trajetos curriculares previstos na matriz curricular. A exemplo disso, para além dos conteúdos formais de cada disciplina, é oferecido ao estudante projetos de pesquisa, ensino e extensão, bem como estágios não obrigatórios, disciplina optativa dentre outras experiências potencializadoras das habilidades científicas e da sensibilidade às questões socioambientais.

Há também o aproveitamento de estudos que é previsto mediante análise das disciplinas já cursadas, possibilitando que o estudante curse somente as disciplinas que não logrou êxito em caso de reprovação, considerando assim os estudos concluídos com êxito para o ano subsequente. Desta forma, oferecendo maior oportunidade aos estudantes que possuem dificuldades no processo de ensino e aprendizagem seja por transtornos permanentes tais como TDAH e outras síndromes, bem como distúrbios transitórios devido a dificuldades específicas em um ou outro componente curricular.

Por meio destas atividades, promove-se o permanente envolvimento dos discentes com as questões contemporâneas que anseiam pela problematização escolar, com vistas à qualificação da formação cultural e técnico-científica do estudante.

Para além dessas diversas estratégias de flexibilização, também a articulação permanente entre teoria e prática e entre diferentes campos do saber no âmbito das metodologias educacionais, constitui importante modalidade de flexibilização curricular, uma vez que incorpora ao programa curricular previamente delimitado a dimensão do inusitado, típica dos contextos científicos, culturais e profissionais em permanente mudança.

### **9.13 Política de Formação Integral do Aluno**

O Curso Técnico em Vestuário implementa ações que promovem a integração curricular, através de projetos de ensino, eventos, visitas técnicas, entre outras atividades integradoras. Além dessas atividades são contemplados em tratamento transversal e integradamente em todo o currículo, no âmbito dos componentes curriculares: Educação Ambiental (Lei nº 9.795/99-Política Nacional de Educação Ambiental; Educação em Direitos Humanos (Decreto nº 7.037/2009- Programa Nacional de Direitos Humanos- PNDH 3); Educação Alimentar e Nutricional (Lei nº 11.947/2009); Processo de envelhecimento, respeito e valorização do idoso, (Lei nº10.741/2003-Estatuto do Idoso); possibilitando a formação dos educandos como cidadãos críticos e emancipados.

O curso objetiva formar profissionais capazes de exercer com competência, e autonomia intelectual, suas funções e atribuições sócio-ocupacionais. Dessa forma, a organização e o desenvolvimento curricular do curso, em seus objetivos, conteúdos e métodos deverá evidenciar e vivenciar a unicidade entre as dimensões científico-tecnológico-cultural, a partir da compreensão do ser humano como produtor de sua realidade e do trabalho como primeira mediação entre o homem e a realidade material e social.

Do mesmo modo, o curso se dispõe a adotar a relação entre teoria e prática, não apenas como princípio metodológico inerente ao ato de planejar as ações, mas também, como princípio orientador do modo como se compreende a ação humana de conhecer a realidade e de intervir no sentido de transformá-la. Ainda, com vistas a contribuir para que o estudante possa, individual e coletivamente, formular questões de investigação e buscar respostas em um processo autônomo de (re)construção do conhecimento, o curso assume a pesquisa como princípio pedagógico, instigando o estudante no sentido da curiosidade em direção ao mundo que o cerca, priorizando: a responsabilidade e o comprometimento com o saber fazer; a proposição de situações desafiadoras e instigadoras à exploração de

diferentes possibilidades; e, a pró-atividade, estimulada pelo empreendimento de atividades individuais e em grupo.

Desde o entendimento da pertinência e da necessidade de associar-se à pesquisa e ao desenvolvimento de projetos contextualizados e interdisciplinares, pretende-se nas diferentes situações de aprendizagem, potencializar investigações e projetos de ação que concorram para a melhoria da coletividade e do bem comum.

Nesse sentido, a organização curricular do curso assumirá uma postura interdisciplinar, possibilitando que os elementos constitutivos da formação integral do aluno sejam partes integrantes do currículo de todas as disciplinas, de forma direta ou indireta.

### **9.14 Políticas de Apoio ao Estudante**

O IFSul possui diferentes políticas que contribuem para a formação dos estudantes, proporcionando-lhes condições favoráveis à integração na vida universitária.

Estas políticas são implementadas através de diferentes programas e projetos, quais sejam:

- Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES);
- Programa de Intercâmbio e Mobilidade Estudantil;
- Projetos de Ensino, Pesquisa e Extensão;
- Programa de Monitoria;
- Projetos de apoio à participação em eventos;
- Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE);
- Programa Nacional do Livro Didático (PNLD);
- Programa Nacional Biblioteca na Escola (PNBE);
- Programa de Tutoria Acadêmica.

No âmbito do Curso são adotadas as seguintes iniciativas:

- Períodos de atendimento ao estudante configurando aulas de apoio pedagógico, considerando as dificuldades tanto no conteúdo em andamento como também o resgate de aprendizagens não consolidadas;
- Oficinas especiais para complementação de estudos.

### **9.15 Formas de implementação das Políticas de Ensino, Pesquisa e Extensão**

Em consonância com o Projeto Pedagógico Institucional que visa a aproximação do estudante no mundo do trabalho como forma de exercício da cidadania e ética, vivenciando pedagogicamente experiências que levem a reflexão de sua futura atuação neste mercado,

o curso técnico em Vestuário prevê vivências através da Semana Acadêmica onde os estudantes organizam e participam das mais variadas experiências no âmbito da sua formação com a oportunidade de ouvir e interagir com profissionais da área.

O estágio curricular também é um momento importante onde o Ensino, a Pesquisa e a Extensão se fazem presente, pois tem como objetivo principal, além de aproximar o estudante à realidade profissional, integrar o processo de ensino e aprendizagem, constituindo-se como interface entre a vida escolar e a vida profissional dos estudantes.

O curso também oferece projetos onde possibilitam aos estudantes aprofundamento em determinados assuntos como complementaridade da sua formação.

### **9.16 - Política de Inclusão e Acessibilidade do Estudante**

Entende-se como educação inclusiva a garantia de acesso e permanência do estudante na instituição de ensino, implicando, desta forma, no respeito às diferenças individuais, especificamente, das pessoas com deficiência, diferenças étnicas, de gênero, culturais, socioeconômicas, entre outras.

A Política de Inclusão e Acessibilidade do IFSul, amparada na Resolução nº 51/2016, contempla ações inclusivas voltadas às especificidades dos seguintes grupos sociais:

I - pessoas com necessidades educacionais específicas: consolidando o direito das pessoas com Deficiência, Transtornos Globais do Desenvolvimento e Altas habilidades/Superdotação, sendo o Núcleo de Apoio as Necessidades Específicas – NAPNE, o articulador destas ações, juntamente com a equipe multiprofissional do Câmpus.

II – gênero e diversidade sexual: e todo o elenco que compõe o universo da diversidade para a eliminação das discriminações que as atingem, bem como à sua plena integração social, política, econômica e cultural, contemplando em ações transversais, tendo como articulador destas ações o Núcleo de Gênero e Diversidade – NUGED.

III – diversidade étnica: voltados para o direcionamento de estudos e ações para as questões étnico-raciais, em especial para a área do ensino sobre África, Cultura Negra e História, Literatura e Artes do Negro no Brasil, pautado na Lei nº 10.639/2003 e das questões Indígenas, Lei nº 11.645/2008, que normatiza a inclusão das temáticas nas diferentes áreas de conhecimento e nas ações pedagógicas, ficando a cargo do Núcleo de Educação Afro-brasileira e Indígena – NEABI.

Para a efetivação da Educação Inclusiva, o Curso Técnico em Vestuário considera todo o regramento jurídico acerca dos direitos das pessoas com deficiência, instituído na Lei de Diretrizes e Bases – LDB 9394/1996; na Política de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva/2008; no Decreto nº 5.296/2004, que estabelece normas gerais e

critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas com Deficiência ou com mobilidade reduzida; na Resolução CNE/CEB nº 2/2001 que Institui as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica; no Decreto nº 5.626/2005, dispondo sobre a Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS; no Decreto nº 7.611/2011 que versa sobre a Educação Especial e o Atendimento Educacional Especializado; na Resolução nº 4/2010 que define as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica; na Lei nº 12.764/2012 que Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista; no parecer CNE/CEB nº 3 de 2013, o qual trata da Terminalidade Específica e na Lei nº 13.146/ 2015 que Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência conhecida como o Estatuto da Pessoa com Deficiência.

A partir das referidas referências legais apresentadas, o Curso Técnico em Vestuário, assegura currículos, métodos e técnicas, recursos educativos e organização específicos, para atender as necessidades individuais dos estudantes. Contempla ainda em sua proposta a possibilidade de flexibilização e adaptações curriculares que considerem o significado prático e instrumental dos conteúdos básicos, das metodologias de ensino e recursos didáticos diferenciados, dos processos de avaliação compreensiva, da terminalidade específica, adequados ao desenvolvimento dos alunos e em consonância com o projeto pedagógico da escola, respeitada a frequência obrigatória. Bem como, a garantia de acesso, permanência, participação e aprendizagem, por meio de oferta de serviços e de recursos de acessibilidade que eliminem as barreiras e promovam a inclusão plena, atendendo às características dos estudantes com deficiência, garantindo o pleno acesso ao currículo em condições de igualdade, favorecendo ampliação e diversificação dos tempos e dos espaços curriculares por meio da criatividade e inovação dos profissionais de educação, matriz curricular compreendida com propulsora de movimento, dinamismo curricular e educacional.

Para o planejamento das estratégias educacionais voltadas ao atendimento dos estudantes com deficiência, será observado o que consta na Instrução Normativa nº 3 de 2016, que dispõe sobre os procedimentos relativos ao planejamento de estratégias educacionais a serem dispensadas aos estudantes com deficiência, tendo em vista os princípios estabelecidos na Política de Inclusão e Acessibilidade do IFSul.

## **10 - CRITÉRIOS PARA VALIDAÇÃO DE CONHECIMENTOS E EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS ANTERIORES**

Atendendo ao que dispõe o Art. 41 da LDB 9394/96 e os Art. 35 e 36 da Resolução CNE/CEB 06/2012, poderão ser aproveitados os conhecimentos e as experiências

anteriores, desde que diretamente relacionados com o perfil profissional de conclusão da respectiva qualificação ou habilitação profissional, que tenham sido desenvolvidos:

- em qualificações profissionais e etapas ou módulos de nível técnico regularmente concluídos em outros Cursos de Educação Profissional Técnica de Nível Médio;
- em Cursos destinados à formação inicial e continuada ou qualificação profissional de, no mínimo, 160 horas de duração, mediante avaliação do estudante;
- em outros Cursos de Educação Profissional e Tecnológica, inclusive no trabalho, por meios informais ou até mesmo em Cursos superiores de Graduação, mediante avaliação do estudante;
- por reconhecimento, em processos formais de certificação profissional, realizado em instituição devidamente credenciada pelo órgão normativo do respectivo sistema de ensino ou no âmbito de sistemas nacionais de certificação profissional.

Os conhecimentos adquiridos em Cursos de Educação Profissional inicial e continuada, ou cursos em geral, no trabalho ou por outros meios informais, serão avaliados mediante processo próprio regrado operacionalmente na Organização Didática da Instituição, visando reconhecer o domínio de saberes e competências compatíveis com os enfoques curriculares previstos para a habilitação almejada e coerentes com o perfil de egresso definido no Projeto de Curso.

Este processo de avaliação deverá prever instrumentos de aferição teórico-práticos, os quais serão elaborados por banca examinadora, especialmente constituída para este fim.

A referida banca deverá ser constituída pela Coordenação do Curso e será composta por docentes habilitados e/ou especialistas da área pretendida e profissionais indicados pela Diretoria/Chefia de Ensino do Campus.

Na construção destes instrumentos, a banca deverá ter o cuidado de aferir os conhecimentos, habilidades e competências de natureza similar e com igual profundidade daqueles promovidos pelas atividades formalmente desenvolvidas ao longo do itinerário curricular do Curso.

O registro do resultado deste trabalho deverá conter todos os dados necessários para que se possa expedir com clareza e exatidão o parecer da banca. Para tanto, deverá ser montado processo individual que fará parte da pasta do aluno.

No processo, deverão constar memorial descritivo especificando os tipos de avaliação utilizada (teórica e prática), parecer emitido e assinado pela banca e homologação do parecer assinado por docente da área indicado em portaria específica.

Os procedimentos necessários à abertura e desenvolvimento do processo de validação de conhecimentos e experiências adquiridas no trabalho encontram-se detalhados na Organização Didática do IFSul.

## **11– PRINCÍPIOS E PROCEDIMENTOS DE AVALIAÇÃO**

### **11.1 Avaliação da aprendizagem dos estudantes**

A avaliação no IFSul é compreendida como processo, numa perspectiva libertadora, tendo como finalidade promover o desenvolvimento pleno do educando e favorecer a aprendizagem. Em sua função formativa, a avaliação transforma-se em exercício crítico de reflexão e de pesquisa em sala de aula, propiciando a análise e compreensão das estratégias de aprendizagem dos estudantes, na busca de tomada de decisões pedagógicas favoráveis à continuidade do processo.

A avaliação, sendo dinâmica e continuada, não deve limitar-se à etapa final de uma determinada prática. Deve, sim, pautar-se pela observação, desenvolvimento e valorização de todas as etapas de aprendizagem, estimulando o progresso do educando em sua trajetória educativa.

A intenção da avaliação é de intervir no processo de ensino e de aprendizagem, com o fim de localizar necessidades dos educandos e comprometer-se com a sua superação, visando ao diagnóstico de potencialidades e limites educativos e a ampliação dos conhecimentos e habilidades dos estudantes.

No âmbito do Curso Técnico em Vestuário, a avaliação do desempenho será feita de maneira formal, com a utilização de diversos instrumentos de avaliação, privilegiando atividades como trabalhos, desenvolvimento de projetos, participação nos fóruns de discussão, provas e por outras atividades propostas de acordo com a especificidade de cada disciplina.

Conforme a Organização Didática do campus Pelotas-Visconde da Graça, o processo avaliativo possui os seguintes procedimentos:

#### **SEÇÃO I DA SISTEMÁTICA**

Art. 11 A avaliação da aprendizagem dos estudantes se efetivará de acordo com o plano de ensino de cada docente, apresentado no início de cada período letivo.

Art. 12 Os registros resultantes da avaliação serão atribuídos ao final de cada uma das etapas avaliativas (semestre) que compõem o período letivo.

Art. 13 Como expressão dos resultados obtidos na avaliação serão atribuídas, em cada etapa, notas de 0,0 (zero) a 10,0 (dez), admitindo-se intervalos de 0,5 (meio) ponto.



Art. 14 As notas mencionadas no artigo anterior serão resultantes da realização de, no mínimo, 2 (dois) instrumentos avaliativos, previstos no plano de ensino do docente.

#### **SEÇÃO II DA APROVAÇÃO**

Art. 15 Ter-se-á como aprovado o estudante que obtiver, em cada uma das etapas avaliativas, nota igual ou superior a 6,0 (seis) na totalidade das disciplinas da respectiva série, e apresentar percentual de frequência igual ou superior a 75% da carga horária total do período letivo.

#### **SEÇÃO III DA REPROVAÇÃO**

Art. 16 Ter-se-á como reprovado o estudante que não obtiver, no mínimo, nota 6 (seis) em qualquer das disciplinas em cada uma das etapas avaliativas do período letivo.

Art. 17 Ter-se-á como reprovado o estudante que não apresentar frequência mínima de 75% (setenta e cinco por cento) do total de horas previstas para o período letivo, sem direito ao aproveitamento de estudos das disciplinas em que logrou êxito.

#### **SEÇÃO IV DA RECUPERAÇÃO DE ESTUDOS E DA REAVALIAÇÃO**

Art. 18 A Recuperação será desenvolvida de forma concomitante com o processo ensino-aprendizagem.

Art. 19 O estudante que apresentar aproveitamento inferior à nota 6,0 (seis) ao final de cada etapa avaliativa do período letivo terá direito à reavaliação na(s) disciplina(s) da(s) respectiva(s) etapa(s).

Art. 20 O estudante que, porventura, após a reavaliação explicitada no artigo anterior, apresentar aproveitamento inferior à nota 6,0 (seis) em uma ou nas duas etapas avaliativas, na(s) disciplina(s) da(s) respectiva(s) etapa(s), terá direito à reavaliação final ao término do período letivo, cuja nota poderá ser embasada num único instrumento avaliativo, conforme o plano de ensino do docente.

Art. 21 Até a reavaliação deverão ser oferecidos estudos de recuperação para as aprendizagens não construídas, conforme previsto no plano de ensino do docente.

Art. 22 As notas obtidas como resultado das reavaliações substituirão as obtidas anteriormente, somente se representarem avanços na melhoria de aproveitamento do estudante.

#### **SEÇÃO V DA DEPENDÊNCIA**

Art. 23 A Dependência será embasada especificamente naqueles objetivos não atingidos pelo estudante na disciplina, que determinaram sua reprovação no período letivo anterior.

Art. 24 A Dependência será efetivada preferencialmente pelo docente responsável pela disciplina no período letivo anterior, o qual deverá elaborar o plano de ensino descrevendo a metodologia, o processo de avaliação e o número de aulas de frequência obrigatória ao estudante.

Art. 25 A Dependência será ofertada em turnos nos quais o estudante não possua atividades da série na qual está matriculado, e seu período máximo não poderá ultrapassar o término da primeira etapa avaliativa do período letivo.

Art. 26 O estudante que, mediante avaliação, lograr êxito na disciplina em Dependência, poderá ser dispensado antes do término da etapa avaliativa. Isso somente ocorrerá após o registro da nota no sistema acadêmico.

Art. 27 O estudante somente progredirá ao período letivo posterior se houver logrado êxito na disciplina em Dependência cursada no período letivo anterior. Art. 28 O estudante que reprovar em mais de 1 (uma) disciplina deverá repetir o período letivo, com aproveitamento dos estudos concluídos com êxito, salvo quando reprovar por infrequência.

A sistematização do processo avaliativo fundamenta-se nos princípios anunciados do Projeto Pedagógico Institucional.

## 11.2 Procedimentos de avaliação do Projeto Pedagógico de Curso

A avaliação do Projeto Pedagógico de Curso é realizada de forma processual, promovida e concretizada no decorrer das decisões e ações curriculares. É caracterizada pelo acompanhamento continuado e permanente do processo curricular, identificando aspectos significativos, impulsionadores e restritivos que merecem aperfeiçoamento, no processo educativo do Curso.

O processo de avaliação do Curso é sistematicamente desenvolvido pelos docentes do Curso, sob a coordenação geral do Coordenador de Curso, conforme demanda avaliativa emergente.

Para fins de subsidiar a prática autoavaliativa capitaneada pelos docentes e coordenação de curso, o Curso Técnico em Vestuário levanta dados sobre a realidade curricular por meio de reuniões sistemáticas onde se faz a análise dos dispositivos legais (leis, decretos, portarias e pareceres) pertinentes ao Ensino Técnico e as exigências de formação profissional relativas ao Técnico em Vestuário. Também são observadas, na sistemática avaliada, os procedimentos de ensino e de aprendizagem, considerando o plano estratégico de permanência e êxito dos estudantes, bem como questões relativas à estrutura e funcionamento do curso, considerando os espaços físicos e disponibilidade de recursos necessários ao seu funcionamento também relacionados à acessibilidade.

A avaliação contempla quesitos como:

- Análise dos dados obtidos e identificação de características do profissional que a sociedade necessita;
- Revisão das ementas, programas e conteúdos adotados e, especialmente, no que se refere às metodologias de ensino praticadas, para fins de avaliar os processos de ensino e de aprendizagem;
- Identificação e análise do currículo atual, considerando questões filosóficas e históricas, de experiências realizadas ou em realização, das práticas pedagógicas desenvolvidas, dos objetivos, conteúdos, bibliografias, da organização curricular (integração, sequência, continuidade, verticalidade, flexibilidade) e da articulação entre teoria e prática;
- Procedimentos usuais nas atividades de ensino, pesquisa e extensão;
- Constatação dos problemas apresentados na estrutura e funcionamento;
- Projeção de recursos e estratégias que podem ser mobilizadas;
- Identificação e análise da política e legislação da Instituição, dentre outros.

Soma-se a essa avaliação formativa e processual, a avaliação interna conduzida pela Comissão Própria de Avaliação, conforme orientações do Ministério da Educação.

## **12– FUNCIONAMENTO DAS INSTÂNCIAS DE DELIBERAÇÃO E DISCUSSÃO**

De acordo com o Estatuto, o Regimento Geral e a Organização Didática do IFSul, as discussões e deliberações referentes à consolidação e/ou redimensionamento dos princípios e ações curriculares previstas no Projeto Pedagógico de Curso, em conformidade com o Projeto Pedagógico Institucional, são desencadeadas nos diferentes fóruns institucionalmente constituídos para essa finalidade:

- Núcleo Docente Estruturante (NDE): núcleo obrigatório para os Cursos Superiores e opcional para os demais, responsável pela concepção, condução da elaboração, implementação e consolidação da proposta de Projeto Pedagógico de Curso;
- Colegiado de Curso/Coordenadoria de Curso: responsável pela elaboração e aprovação da proposta de Projeto Pedagógico no âmbito do Curso;
- Pró-reitoria de Ensino: responsável pela análise e elaboração de parecer legal e pedagógico para a proposta apresentada;
- Colégio de Dirigentes: responsável pela apreciação inicial da proposta encaminhada pela Pró-reitoria de Ensino;
- Conselho Superior: responsável pela aprovação da proposta de Projeto Pedagógico de Curso encaminhada pela Pró-reitoria de Ensino (itens estruturais do projeto)
- Câmara de Ensino: responsável pela aprovação da proposta de Projeto Pedagógico de Curso encaminhada pela Pró-reitoria de Ensino (complementação do Projeto aprovado no Conselho Superior)
- O Coordenador do Curso é eleito pelos docentes do quadro efetivo do curso. Compete ao coordenador, de acordo com a Organização Didática do IFSul:
  - Coordenar e orientar as atividades do curso;
  - Coordenar a elaboração e as alterações do projeto pedagógico encaminhando-as para análise e aprovação nos órgãos competentes;
  - Organizar e disponibilizar dados sobre o curso;
  - Presidir o colegiado;
  - Propor, junto ao colegiado, medidas para o aperfeiçoamento do ensino, da pesquisa e da extensão.

## **13 – PESSOAL DOCENTE E TÉCNICO ADMINISTRATIVO**

### 13.1 - Pessoal docente e supervisão pedagógica

Nome	Disciplinas que leciona	Titulação/Universidade	Regime de trabalho
Prof. <sup>a</sup> Nina Rosa Granzotto	- História do Vestuário - e Empreendedorismo - Conservação dos Artigos do Vestuário - Arte e Moda	Bacharelado e Licenciatura em Economia Doméstica pela UFPel  Mestrado em Ciências pela UFPel	DE
Prof. <sup>a</sup> Maria Rosane Guidotti Moreira	- Desenho Técnico do Vestuário - Fundamentos da Indústria do Vestuário	Bacharelado e Licenciatura em Economia Doméstica pela UFPel  Especialização em MBA em Gestão de Eventos pela UCPel	DE
Prof. <sup>a</sup> Camila Rodrigues de Oliveira	- Modelagem I - Tecnologia do Vestuário I - Redação Técnica e Metodologia Científica	Graduação em Tecnologia em Design de Moda pela UCPel	Substituta
Prof. <sup>a</sup> Luise Anita Wulf Al Alam	- Modelagem II - Tecnologia do Vestuário II	Engenharia Agrícola pela UFPel  Tecnólogo em Design de Moda pela UCPel  Especialização em Moda, Criatividade e Inovação pelo FATEC/SENAC  Mestrado em Política Social pela UCPel	DE
Prof. <sup>a</sup> Aline Rodrigues Machado	- Tecnologia da Confecção - Desenho Técnico	Mestrado em Design Centro Universitário Ritter dos Reis, UniRITTER, Brasil.  Especialização em Moda, Criatividade e Inovação. Faculdade de Tecnologia Porto Alegre, SENAC, Brasil.  Graduação em Design de moda habilitação em estilismo. Centro Universitário Senac, SENAC/SP, Brasil	DE
Prof. <sup>a</sup> Manoela Neves Siewerdt	- Tecnologia Têxtil I _Tecnologia Têxtil II	Tecnólogo em Design de Moda pela UCPel  Arquitetura e Urbanismo pela UFPel  MBA em Gestão de Eventos pela	Substituta

		UCPel Mestrado em Arquitetura e Urbanismo pela UFPel	
Elisane Ortiz de Tunes Pinto	- Supervisão Pedagógica	Graduação em Pedagogia pela FaE/ UFPel Especialização em Educação pela FaE/ UFPel Mestrado Profissional em Ciências, Educação e Tecnologia – Instituto Federal Sul-rio-grandense	40h
Roberta da Silva e Silva	- Química I - Química II - Química III	Doutorado em Biologia Celular e Molecular Aplicada à Saúde. Universidade Luterana do Brasil, ULBRA, Brasil. com <b>período sanduíche</b> em Max-Planck-Institut für chemische Ökologie-Jena (Orientador: Axel Mithöfer). Mestrado em Ciência e Tecnologia Agroindustrial . Universidade Federal de Pelotas, UFPEL, Brasil. Especialização em Tecnologia de Frutas e Hortaliças. Universidade Federal de Pelotas, UFPEL, Brasil. Graduação em Bacharelado e Licenciatura em Química. Universidade Federal de Pelotas, UFPEL, Brasil.	DE
Prof. Hamilton José Peirano Coutelle	- Biologia I	Licenciatura Plena em Ciências Biológicas Pela UCPel Especialização em Educação – Habilitação em Metodologia do Ensino pela UCPel	DE
Profª Tangelia Denise Perleberg	-Biologia II	Doutorado em andamento em Curso de Pós-Graduação. Universidade Federal de Pelotas, UFPEL, Brasil. Mestrado em Sistemas de Produção Agrícola Familiar . Universidade Federal de Pelotas, UFPEL, Brasil. Graduação em Bacharelado e Licenciatura em Ciências Biológicas. Universidade Federal de Pelotas, UFPEL, Brasil.	DE
Prof.ª Rosiane Borba de Aguiar	- Biologia III	Bacharelado e Licenciatura em Ciências Biológicas pela UFPel	DE

		<p>Mestrado em Ciências Fisiológicas – Fisiologia Animal Comparada pela FURG</p> <p>Doutorado em Ciências Fisiológicas - Fisiologia Animal Comparada pela FURG</p>	
Vinicius Carvalho Beck	-Matemática I	<p>Doutorado em andamento em Educação em Ciências. Universidade Federal do Rio Grande, FURG, Brasil.</p> <p>Mestrado em Educação. Universidade Federal do Rio Grande, FURG, Brasil.</p> <p>Mestrado em Meteorologia . Universidade Federal de Pelotas, UFPEL, Brasil.</p> <p>Graduação em Licenciatura em Matemática. Universidade Federal de Pelotas, UFPEL, Brasil.</p>	DE
Prof <sup>a</sup> Neslei Noguez Nogueira	-Matemática II	<p>Mestrado em andamento em Educação Matemática. Universidade Federal de Pelotas, UFPEL, Brasil.</p> <p>Mestrado em Engenharia Oceânica. Universidade Federal do Rio Grande, FURG, Brasil.</p> <p>Graduação em Licenciatura em Matemática. Universidade Federal de Pelotas, UFPEL, Brasil.</p>	DE
Prof. <sup>a</sup> Rosana Patzlaff de Souza Neumann	- Matemática III	<p>Engenharia Civil pela UCPel</p> <p>Graduação Matemática pela UCPel</p> <p>Mestrado em Matemática Aplicada pela UFRGS</p>	DE
Prof. <sup>a</sup> Cláudia Regina Minossi Rombaldi	- Língua Portuguesa e Literatura Brasileira I	<p>Doutorado em Educação. Universidade Federal de Pelotas, UFPEL, Brasil. com <b>período sanduíche</b> em Université Paris Diderot</p> <p>Mestrado em Educação. Universidade Federal de Pelotas, UFPEL, Brasil.</p> <p>Especialização em Diplôme Universitaire Certificat Pratique de Langu. Université de Toulouse Le Mirail, UTM, França.</p>	DE

		Graduação em Licenciatura Plena Em Letras Português Francês. Universidade Federal de Pelotas, UFPEL, Brasil.	
Prof. <sup>a</sup> Cristiane Silveira dos Santos	- Língua Portuguesa e Literatura Brasileira II	Licenciatura Plena em Letras pela UFPel  Especialização em Literatura Brasileira Contemporânea pela UFPel  Mestrado em Educação UFPel  Doutorado em Educação pela UFPel	DE
Marquiori de Quevedo	- Língua Portuguesa e Literatura Brasileira III	Doutorado em andamento em Letras. Universidade Católica de Pelotas, UCPEL, Brasil.  Mestrado em Letras . Universidade Católica de Pelotas, UCPEL, Brasil.  Especialização em Linguística Aplicada. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, PUCRS, Brasil.  Graduação em Lic. em Letras - Hab. língua e lit. de língua port. Universidade Federal de Pelotas, UFPEL, Brasil.	DE
Anderson Hakenhoar de Matos	- Língua Portuguesa e Literatura Brasileira III	Doutorado em Letras. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, UFRGS, Brasil.  Mestrado em Letras . Universidade Federal do Rio Grande do Sul, UFRGS, Brasil.  Graduação em andamento em Letras - Português e Espanhol. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, UFRGS, Brasil.  Graduação em Licenciatura Em Letras. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, UFRGS, Brasil.	DE
Prof. <sup>a</sup> Andrea Fonseca Ualt	- Língua Estrangeira – Espanhol I - Língua Estrangeira – Espanhol II	Graduação em Letras -Espanhol pela UFPel  Mestrado em Educação pela UFPel  Doutorado em Educação pela UFPel (em andamento)	DE
Prof. Artur Piranema da Cruz	- Filosofia I	Graduação em Filosofia pela UFPel	DE

		Especialização em Filosofia Moral e Política pela UFPel	
		Mestrado em Filosofia pela UFPel	
Myriam Siqueira da Cunha	- Filosofia II - Filosofia III	Doutorado em Engenharia de Produção. Universidade Federal de Santa Catarina, UFSC, Brasil.  Mestrado em Engenharia de Produção. Universidade Federal de Santa Catarina, UFSC, Brasil.  Especialização em Metodologia do Ensino. Universidade Católica de Pelotas, UCPEL, Brasil.  Graduação em Direito. Universidade Católica de Pelotas, UCPEL, Brasil.  Graduação em Filosofia. Universidade Federal de Pelotas, UFPEL, Brasil.  Graduação em Educação Física. Universidade Federal de Pelotas, UFPEL, Brasil.	DE
Prof. Ederson Oliveira Duarte	- Arte	Graduação em Superior de Música-Bacharelado em Piano – UFPEL  Aperfeiçoamento em Teoria Musical e Solfejo - Escola de Belas Artes Heitor de Lemos  Especialização em Educação Musical - UCAM	DE
Prof. <sup>a</sup> Verlani Timm	- Informática	Graduação em Análise de Sistemas pela UCPel  Pós em Sistema da Informática pela UCPel  Mestrado em Ciências da Computação pela UCPel  Doutorado em Ciências da Computação pela UFRGS (em andamento)	DE
Prof. <sup>a</sup> Roberta Bermudes dos Santos Silva	-Educação Física I	Mestrado em Educação Física . Universidade Federal de Pelotas, UFPEL, Brasil.  Especialização em Pós Graduação Em Educação Física Escolar. Universidade Federal de Pelotas, UFPEL, Brasil.	DE



		Graduação em Licenciatura Em Educação Física. Universidade Federal de Pelotas, UFPEL, Brasil.	
Prof. Maurício Lobo Giusti	- Educação Física II -Educação Física III	Graduação em Educação Física pela UFPel  Especialização em Futsal e Futebol pela Universidade Gama Filho/RJ  Mestrado em Saúde da Mulher, da Criança e do Adolescente pela UCPel (em andamento)	DE
Prof. Rafael Peter de Lima	História I	Doutorado em História. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, UFRGS, Brasil.  Mestrado em História . Universidade Federal do Rio Grande do Sul, UFRGS, Brasil.  Especialização em Estudos Africanos e Afro-brasileiros. Centro Universitário La Salle - Canoas, UNILASALLE, Brasil.  Graduação em Licenciatura e Bacharelado em História. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, UFRGS, Brasil.	DE
Prof. Vinicius Pereira de Oliveira	- História II - História III	Doutorado em História. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, UFRGS, Brasil.  Mestrado em História. Universidade do Vale do Rio dos Sinos, UNISINOS, Brasil.  Graduação em História. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, UFRGS, Brasil.	DE
Prof. <sup>a</sup> Joice Maria Feijó Bianchini	- Geografia I - Geografia II - Geografia III	Mestrado em Educação Ambiental. Universidade Federal do Rio Grande, FURG, Brasil.  Especialização em Sociedade Economia e Política do Rio Grande do Sul. Universidade Federal do Rio Grande, FURG, Brasil.  Graduação em Geografia Licenciatura Plena. Universidade Federal do Rio Grande, FURG, Brasil.	DE
Prof. <sup>a</sup> Camila Goulart de Campos	- Sociologia I - Sociologia II	Mestrado em andamento em Programa de Pós-Graduação em	Substituta

	- Sociologia II	<p>Ciência Política. Universidade Federal da Pelotas.</p> <p>Especialização em Pós Graduação em Sociologia e Política. Universidade Federal de Pelotas, UFPEL, Brasil.</p> <p>Graduação em Ciências Sociais. Universidade Federal de Pelotas, UFPEL, Brasil.</p>	
<p>Marcos André Betemps Vaz da Silva</p>	- Física I - Física II	<p>Doutorado em Física. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, UFRGS, Brasil.</p> <p>Mestrado em Física. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, UFRGS, Brasil.</p> <p>Graduação em Licenciatura Plena Em Física. Universidade Federal de Pelotas, UFPEL, Brasil.</p>	DE
<p>Prof. Daniel Souza Cardoso</p>	Física III	<p>Mestrado em Meteorologia. Universidade Federal de Pelotas, UFPEL, Brasil.</p> <p>Graduação em Licenciatura em Física. Universidade Federal de Pelotas, UFPEL, Brasil.</p>	DE

### 13.2 - Pessoal técnico-administrativo

Nome	Cargo/Função	Titulação/Universidade	Regime de Trabalho
Vanessa Fernandes Gastal	Técnico em Assuntos Educacionais	<p>Graduação: Medicina Veterinária – Universidade Federal de Pelotas</p> <p>Programa Especial de Formação Pedagógica de Docentes para as Disciplinas do Currículo da Educação Profissional de Nível Técnico- CEFET/RS</p> <p>Pós-Graduação: Mestrado em Ciências - Área de Concentração: Patologia Animal Universidade Federal de Pelotas</p>	40h
Lourdes Helena Dummer Venzke	Pedagoga/Orientadora Educacional	<p>Graduação: Pedagogia – Universidade Federal de Pelotas (UFPeI)</p> <p>Mestrado em Educação – Universidade Federal de</p>	40h

		Pelotas (UFPeI)	
Simone Teixeira Barrios	Pedagoga/Orientadora Educacional	Graduação em Pedagogia- Universidade da Região da Campanha Especialização em Psicopedagogia – Centro Universitário Internacional Mestrado em Educação – Universidade Federal de Pelotas (UFPeI)	40h
Franco Dariz	Assistente em Administração	Graduação: Tecnólogo em Gestão Pública (UFPeI)	40h
Vitor Gonçalves Dias	Bibliotecário	Mestrando em Ciência Política pela Universidade Federal de Pelotas. Especialista em Educação especial geral pelo Centro Universitário Claretiano. Bacharel em Biblioteconomia pela Universidade Federal do Rio Grande	40h
Marcos Gabriel Nunes Schmalfluss	Assistente de Alunos	Graduação em Licenciatura em Música pela Universidade Federal de Pelotas.	40h

## 14 – INFRAESTRUTURA

### 14.1 –Instalações e Equipamentos oferecidos aos Professores e Alunos

Identificação	Área - m <sup>2</sup>
Sala de Coordenadorias	19,52
Sala de Professores	27,12
Sala de Aula I	38,24
Sala de Aula II	19,78
Tecidoteca e Laboratório de Ateliê de Criação em Design de Moda	36,72
Laboratório de Modelagem e Desenho Técnico do Vestuário	48,58
Laboratório de Confecção, Costura Industrial e Prototipagem	78,72
Banheiro Feminino	12,74
Banheiro Masculino/Feminino e de Acessibilidade	2,6
Circulação	66,90
Biblioteca	200

Laboratório de Informática	46,43
Cantina	30
Mini Auditório	35
Restaurante	405
<b>TOTAL</b>	<b>1006,35</b>

### **Sala de Coordenadorias**

- Equipamentos:
  - Computador (01)
  - Mesa para computador (01)
  - Cadeira (01)
  - Impressora e copiadora (01)
  - Mesa para impressora (01)
  - Cadeira de espera (03)
  - Mesa Coordenadoria do Curso Técnico (01)
  - Cadeira Coordenadoria do Curso Técnico (01)
  - Mesa Coordenadoria do Curso Superior (01)
  - Cadeira Coordenadoria do Curso Superior (01)
  - Armário (01)
  - Refrigerador de Ar - Split (01)
  - Ventilador de teto (01)

### **Sala de Professores**

- Equipamentos:
  - Mesa de professor (06)
  - Cadeira de professor (06)
  - Mesa reunião (01)
  - Cadeira (07)
  - Armário-gaveteiro (06)
  - Arquivo (02)
  - Ventilador de teto (02)

### **Sala de Aula I**

- Equipamentos:
  - Mesa estudante (25)
  - Cadeira (25)

Mesa de professor Cadeira (01)  
Cadeira de professor (01)  
Quadro branco (01)  
Armário (01)  
Ventilador de teto (02)

### **Sala de Aula II**

- Equipamentos:  
Tanque com Cubas (01)  
Mesa individual (16)  
Cadeira (16)  
Mesa professor (01)  
Cadeira professor (01)  
Quadro branco (01)  
Ventilador de teto (01)

### **Tecidoteca e Laboratório de Ateliê de Criação em Design de Moda**

- Equipamentos:  
Mesa (02)  
Cadeira (20)  
Quadro branco (01)  
Computador (02)  
Tela de projeção (01)  
Data Show (01)  
Caixa de som (02)  
Revistas de moda  
Bureaux para pesquisa de moda  
Teares de prego (14)  
Roca (01)  
Suporte para bandeiras têxteis (02)  
Ventilador de teto (02)  
Armário (03)  
Aparelho de TV (1)  
Aparelho de DVD (1)

### **Laboratório de Modelagem e Desenho Técnico do Vestuário**

- Equipamentos:
  - Mesa grande (04)
  - Cadeira (25)
  - Manequins Tridimensional (Escala 1:1) (30)
  - Manequins Tridimensional (Escala 1:2) (05)
  - Esquadros de madeira (05)
  - Esquadros de acrílico (20)
  - Réguas de madeira (05)
  - Réguas de aço (20)
  - Quadro branco (01)
  - Armário (01)
  - Refrigerador de Ar - Split (01)

### **Laboratório de Confecção, Costura Industrial e Prototipagem**

- Equipamentos:
  - Máquinas de Costura Reta - MCR (16)
  - Máquina de Overloque Industriais (09)
  - Máquinas Overloque portáteis (05)
  - Máquina Galoneira (04)
  - Máquina de Costura Doméstica portátil (01)
  - Máquina de Corte (02)
  - Mesa grande (03)
  - Cadeira (30)
  - Manequins de modelagem (02)
  - Esquadro de madeira (20)
  - Régua de madeira (15)
  - Quadro branco (02)
  - Tábua de passar roupa (02)
  - Ferro de passar (02)
  - Armário (02)
  - Arquivo (01)

### **Circulação**

- Equipamentos:
  - Armário guarda-volumes (03)

## **Biblioteca**

- Equipamentos:

Biblioteca central com número de títulos por unidade curricular de 03 para bibliografia básica e 5 para bibliografia complementar, em quantidade mínima de exemplares por título disponível, ou seja, 07 exemplares do título para a bibliografia básica e 02 para a bibliografia complementar ou acesso virtual. A Biblioteca Central conta também com um banco bibliográfico em áreas de domínio conexo. Todos os livros são tombados no acervo institucional e disponibilizados para consulta na biblioteca central onde o acadêmico pode solicitar e renovar empréstimos.

## **Laboratório de Informática**

- Equipamentos:

microcomputadores com monitores LCD (30)

data-show (1)

quadro branco (1)

Refrigerador de Ar - Split (01)

cadeiras (30)

mesas grandes centrais para 20 computadores (8)

mesas para PC, com suporte para teclado retrátil (10)

armário de duas portas (1)

## **Mini Auditório**

- Equipamentos:

sala multimeios, com capacidade para 120 pessoas, climatizada e equipada com recursos audiovisuais modernos de comunicação (multimídia, webcam, internet) destinada a palestras, mini-cursos, seminários, avaliações de estágios, projetos e outros.

## **14.2 – Infraestrutura de Acessibilidade**

- Rampas de acesso aos prédios;
- Calçadas com rampas para a circulação;
- Sanitários adaptados.

## **14.3 – Infraestrutura de laboratórios específicos à Área do Curso**

- Laboratório de Confecção, Costura Industrial e Prototipagem;

- Laboratório de Modelagem e Desenho Técnico do Vestuário;
- Tecidoteca e Laboratório de Ateliê de Criação em Design de Moda.



**ANEXO I**  
**REGULAMENTO DE ESTÁGIO SUPERVISIONADO**

**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
INSTITUTO FEDERAL SUL-RIO-GRANDENSE  
Câmpus Pelotas-Visconde da Graça (CaVG)**

**Curso Técnico em Vestuário**

**REGULAMENTO GERAL DE ESTÁGIO**

Fixa normas para as Atividades de Estágio Obrigatório no Curso de **Técnico em Vestuário** do Câmpus **Pelotas-Visconde da Graça (CaVG)**, regido pela Lei 11.788, de 25 de setembro de 2008 e pela Resolução nº 80/2014 do Conselho Superior do IFSul.

**CAPÍTULO I  
DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

Art. 1º O estágio é ato educativo que integra a proposta do projeto pedagógico do curso, devendo ser planejado, executado e avaliado em conformidade com o Regulamento de Estágio do IFSul.

Art. 2º O Estágio Obrigatório é considerado exigência do currículo do Curso de **Técnico em Vestuário** e deve ser cumprido, no período letivo previsto na Matriz Curricular e em conformidade com a previsão do Projeto Pedagógico de Curso.

Art. 3º O Estágio Obrigatório desenvolve-se em ambientes que desenvolvam atividades no ramo do vestuário denominado Instituição Concedente.

Art. 4º Para realização do Estágio, o aluno deverá estar regularmente matriculado e frequentando o semestre onde há previsão de sua efetivação.

**CAPÍTULO II  
DA NATUREZA E DOS OBJETIVOS**

Art. 5º O Estágio Obrigatório a ser desenvolvido a partir do segundo ano, desde que a disciplina em que se pretende estagiar tenha sido cursada, do Curso de **Técnico em Vestuário** integra as dimensões teórico-práticas do currículo e articula de forma interdisciplinar os conteúdos das diferentes disciplinas, por meio de procedimentos de planejamento e construção de artigos do vestuário (ficha técnica, modelagem,

confeção, montagem, confecção e conservação) e outras atividades correlacionadas, Diagnóstico, planejamento de estratégias de intervenção, construção de projetos, etc. Conforme a natureza da prática profissional a ser vivenciada.

Art. 6º O Estágio Obrigatório tem por objetivos oportunizar ao futuro profissional:

- I – vivenciar a dinâmica e rotina de trabalho de um estabelecimento do ramo têxtil;
- II - praticar e/ou conhecer o manejo de máquinas industriais, equipamentos e ferramentas, complementares aos ofertados na instituição de ensino ;
- III - praticar e/ou conhecer novos traçados e interpretações de modelagem ;
- IV – praticar e/ou conhecer a interpretação da ficha técnica, a montagem e confecção de produtos;
- V - praticar e/ou conhecer novas técnicas de conservação dos artigos têxteis;
- VI – desenvolver a reflexão e a criticidade frente a teorias e práticas, aprendidas e vivenciadas pelo estagiário, com comprometimento ético e responsabilidade social;

### **CAPÍTULO III**

#### **DA ESTRUTURA, DURAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ESTÁGIO**

Art. 7º Conforme previsão do Projeto Pedagógico de Curso, o estágio obrigatório é realizado em estabelecimentos que desempenham atividades do ramo do vestuário , nos campos de estágio concedentes, perfazendo um total de 120 horas, distribuídas da seguinte forma:

Art. 8º Para a organização prévia das atividades de estágio são previstas as seguintes providências:

I – Compete ao aluno:

- Retirar, junto ao Setor de estágio no Câmpus a Carta de Apresentação à Instituição Concedente, bem como a listagem de documentos a serem fornecidos à instituição acadêmica para a formalização do estágio.
- Apresentar-se à Instituição Concedente pretendida, solicitando autorização para realizar o estágio;
- Em caso de aceite, recolher os dados da Concedente para elaboração do Termo de Compromisso: Razão Social, Unidade Organizacional, CNPJ, Endereço, Bairro, Cidade, Estado, CEP, Nome do Supervisor de Estágio, Cargo, Telefone e e-mail.

II – Compete ao professor orientador de estágio:

- apresentar o presente Regulamento ao estagiário sob sua orientação;
- verificar a documentação organizada pelo estudante para a formalização do estágio, assinando os documentos necessários;
- elaborar e pactuar com o aluno o Plano de Atividades a ser desenvolvido no estágio, incluindo a especificação da modalidade de avaliação, com a expressão dos respectivos critérios.

Art. 9º São consideradas atividades de estágio:

- I - práticas de manejo de máquina industriais, equipamentos e ferramentas complementares a etapa de confecção;
- II - traçado e interpretação de modelagem;
- III - interpretação da ficha técnica, montagem e confecção de produtos;
- IV - técnicas de conservação dos artigos têxteis;

## **CAPÍTULO IV**

### **DA SUPERVISÃO DO ESTÁGIO OBRIGATÓRIO**

Art. 10. A orientação do Estágio é de responsabilidade do(s) professor(es) regentes do estágio, designado pelo Colegiado / Coordenadoria de curso.

Parágrafo Único: O professor responsável pelo Estágio denominar-se-á Professor Orientador.

Art. 11. São atribuições dos Professor Orientador:

- I - Organizar junto com o aluno o Plano de Atividades de Estágio e submetê-lo à aprovação no Colegiado / Coordenadoria de Curso;
- II - Assessorar o estagiário na identificação e seleção da bibliografia necessária ao desenvolvimento da atividade de Estágio;
- III - Acompanhar e avaliar o estagiário em todas as etapas de desenvolvimento do seu trabalho, através de encontros periódicos e visitas ao local de Estágio, correspondendo um encontro mensal ou quando se fizer necessário e duas visitas, uma no início e outra no final do período, no local de estágio ou quando se fizer necessário.
- IV - Oferecer os subsídios metodológicos e orientar a produção do relatório de estágio;

V – Oferecer os subsídios metodológicos e orientar a apresentação oral do relatório de estágio, para a banca examinadora;

Art. 12. São atribuições do Professor Supervisor da Instituição/Campo de Estágio:

I - Receber e acompanhar o comparecimento do estagiário nos dias e horários previstos na Instituição/Campo de Estágio;

II - Informar o Professor Orientador acerca do desempenho do estagiário em suas atividades na Instituição/Campo de Estágio;

III – Participar da avaliação das atividades de estágio dos alunos sob sua supervisão;

IV – Prever demais atribuições, conforme a natureza das atividades desenvolvidas no campo de estágio

## **CAPÍTULO V**

### **DAS RESPONSABILIDADES E ATRIBUIÇÕES DO ESTAGIÁRIO**

Art. 13. São responsabilidades e atribuições do Estagiário:

I - Desenvolver atividades de estágio de acordo com o Plano de Atividades elaborado e pactuado com o Professor Orientador e aprovado pelo Colegiado / Coordenadoria de Curso;

II - Observar horários e regras estabelecidas, tanto em relação à Instituição Concedente, quanto ao estabelecido no Termo de Compromisso e Regulamento do Estágio Obrigatório;

III - Comprometer-se com a comunidade na qual se insere e com o próprio desenvolvimento pessoal e profissional;

IV - Respeitar, em todos os sentidos, o ambiente de estágio, as pessoas e as responsabilidades assumidas nesse contexto;

V - Manter discrição e postura ética em relação às informações e às ações referentes à participação em atividades da Instituição Concedente;

VI - Registrar sistematicamente as atividades desenvolvidas no campo de estágio, conforme as orientações constantes neste Regulamento;

VII - Participar das atividades semanais e/ou mensais de orientação e aprofundamento técnico e metodológico;

- VIII - Comparecer no local de estágio nos dias e horários previstos, cumprindo rigorosamente o Plano de Atividades;
- IX - Apresentar periodicamente os registros ao Professor Orientador, mantendo-o informado do andamento das atividades;
- X - Zelar pela ética profissional, pelo patrimônio e pelo atendimento à filosofia e objetivos da Instituição Concedente;
- XI - Elaborar os relatórios previstos e cumprir na íntegra o Regulamento Geral de Estágio.
- XII - Prever demais atribuições, conforme a natureza das atividades desenvolvidas no campo de estágio

## **CAPÍTULO VI**

### **DA ESTRUTURA E APRESENTAÇÃO DO RELATÓRIO DE ESTÁGIO**

Art. 14. O Relatório de Estágio consiste na síntese descritiva e analítico-reflexiva das experiências desenvolvidas e das aprendizagens consolidadas ao longo das atividades realizadas no Campo de Estágio;

Art. 15. O Relatório de Estágio caracteriza-se como uma produção individual a ser elaborada em conformidade com a estrutura e critérios estabelecidos neste Regulamento.

Art. 16. Constituem itens mínimos para a estruturação formal do Relatório de Estágio Obrigatório:

I - Caracterização da Instituição Concedente;

II – Descrição das atividades desenvolvidas na Instituição Concedente;

III – Descrição das críticas e sugestões das atividades desenvolvidas na Instituição Concedente;

IV – Embasar, apoiado na bibliografia, atividades desenvolvidas na Instituição Concedente, bem como suas críticas e sugestões;

V – Preparar a apresentação oral e projetada, em aparelho de projeção, do relatório de estágio,

Art. 17. O Relatório de Estágio é avaliado segundo os seguintes critérios:

- I - Desempenho do Candidato: Postura; espontaneidade; movimentação; entusiasmo; autocontrole; dicção; pronúncia; entonação; ritmo; clareza da exposição e das explicações; uso de recursos motivadores.
- II – Apresentação do Relatório Escrito da Matéria: Exatidão; profundidade; quantidade e qualidade; seqüência lógica; propriedade nas exemplificações; preocupação em relacionar o conteúdo com pré-requisitos; com outros conhecimentos e com as atividades profissionais; distribuição seqüencial do tempo.
- III - Apresentação do Relatório Oral e da Matéria: Exatidão; profundidade; quantidade e qualidade; sequência lógica; propriedade nas exemplificações; preocupação em relacionar o conteúdo com pré-requisitos; com outros conhecimentos e com as atividades profissionais; distribuição sequencial do tempo.
- IV - Conhecimento Técnico-Científico: Capacidade de responder corretamente os questionamentos técnicos; capacidade de entendimento técnico nas atividades realizadas durante o estágio.
- V - Observância do Tempo Determinado (de 15 a 25 minutos)
- VI - Uso de Recursos Audiovisuais: Distribuição do assunto; organização; legibilidade; clareza; oportunidade; adequação e qualidade dos recursos.

Art. 18. A apresentação pública da experiência documentada no Relatório Final de Estágio obedece ao seguinte regramento:

I – apresentação oral e projetadas das atividades desenvolvidas no Estágio para uma banca examinadora, composta pelo coordenador do Setor de Estágios da Instituição, professor orientador e um membro convidado que se relacione a área desenvolvida no estágio.

I - Indicar os procedimentos previstos para a apresentação do relatório, caso prevista, especificando a forma de constituição de banca (se for o caso), estruturação de seminário de apresentação entre os estudante ou outras modalidades de socialização da experiência, conforme decisão do colegiado/coordenadoria do curso

## **CAPÍTULO VII**

## DA AVALIAÇÃO DO ESTÁGIO OBRIGATÓRIO

Art. 19. A avaliação do Estágio é de responsabilidade conjunta do Professor Orientador e do Supervisor de Estágio, a ser conduzida de acordo com o previsto na Organização Didática do IFSul, e respeitadas as normas deste Regulamento.

Art. 20. O aluno é considerado aprovado no Estágio se cumprir satisfatoriamente os seguintes aspectos:

- I - Desempenho do Candidato
- II – Apresentação do Relatório Escrito da Matéria
- III - Apresentação do Relatório Oral e da Matéria
- IV - Conhecimento Técnico-Científico
- V - Observância do Tempo Determinado
- VI - Uso de Recursos Audiovisuais

Parágrafo único. O estagiário que, na avaliação, não alcançar aprovação, deverá repetir o Estágio, não cabendo avaliação complementar ou segunda chamada.

## **CAPÍTULO VIII** **DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

Art. 21. Os casos omissos neste Regulamento serão resolvidos pelo Colegiado / Coordenadoria de Curso.